

Anais da Assembléia

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 26 DE OUTUBRO DE 1973

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSOES PERMANENTES

3.a SESSAO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur
1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima
2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reihardt
1.º SECRETARIO — Jorge Sato
2.º SECRETARIO — Muggiati Filho (M.D.B.)
3.º SECRETARIO — David Federmann
4.º SECRETARIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério
— Quielise Crisostomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.).

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli —
Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes —
Basilio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETARIO — Rita Celestino Soares
REUNIÕES — As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério —
Francisco Escorsin

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basilio Zanusso — Marciano Ba-
raniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)
SECRETARIO — Eley Silva Batista
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMERCIO

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel
VICE-PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)
Lázaro Dumont — Basilio Zanusso — Arizone Araújo

SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin —
Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETARIO — Ney Rodrigues
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebas-
tião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETARIO — Maria Aparecida R. G. Amaral
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel
Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Mauricio Fruet (M.D.B.) — An-
tonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)
SECRETARIO — Agildes de Oliveira Martins
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo
VICE-PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)
Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basilio Zanusso — Aguinaldo P.
Lima — Mauricio Fruet (M.D.B.)
SECRETARIO — Elza Carneiro Camargo
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva
VICE-PRESIDENTE — Mauricio Fruet (M.D.B.)
Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETARIO — Maria Stella do Amaral Gurgel
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

PRESIDENTE — Quielise Crisostomo
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin
— Gilberto Carvalho

SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima —
Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)
REUNIÕES — As terças-feiras
SECRETARIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza
Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basilio Zanusso — Mauricio Fruet (M.D.B.)
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETARIO — Lóris Cordeiro de Barros
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho
VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)
Gabriel Manoel — Igo Losso — Basilio Zanusso

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr.
— Alvaro Dias (M.D.B.)
SECRETARIO — Lélío Guimarães Sotto-Maior
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quiel-
se Crisostomo — Domicio Scaramella (M.D.B.)
SECRETARIO — José Tavares Canto Filho
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes —
Domicio Scaramella (M.D.B.)
Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973

3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 207.ª Sessão Ordinária.
Realizada em 26 de Outubro de 1973 — (6.ª-Feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Muggiati Filho.

As 10,00 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Santos Lima, Odilon Reinhardt, Jorge Sato, Muggiati Filho, David Federmann, Hélio Manfrinato, Aginaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Costa, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Domicio Scaramella, Emilio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Haroldo Bianchi, Ivo Rocha, Ivo Thomazoni, João Fadel, Leopoldo Jacomet, Luiz Roberto Soares, Marciano Baraniuk, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Quiel-se Criscostomo, Sebastião Rodrigues Júnior e Wilson Fortes (38); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Igo Losso, Iris Caldart, Lázaro Dumont, Mauricio Fruet, Nelson Buffara, Olavo Ferreira, Rosário Pitelli, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (9)

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETARIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETARIO — procede à leitura do seguinte E X P E D I E N T E:

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.º 194-73.

— de autoria do Senhor Deputado Jorge Sato, solicitando dispensa de publicação da Redação Final aos Projetos de Lei n.ºs 177-71, 218-72, 58-73, 126-73, 160-73, 166-73, 168-73, 182-73, 198-73 e 199-73.

— de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, solicitando Regime de Urgência às Proposições n.ºs 236, 237, 239 e 240-73.

— de autoria do Senhor Deputado Borsari Netto, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 249-73.

Requerimento

Senhor Presidente:

Requeiro a Mesa, ouvida a Casa, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Angela Cequiral, ocorrido no dia 19 do corrente.

Dona Angela, dotada de um boníssimo coração, foi sempre querida e estimada por todos, não só familiares, mas também por aqueles que a conheceram.

Ao desaparecer com 86 anos, deixou irmãos, filhos e netos e rastro luminoso num magnífico exemplo de dignidade e respeito.

Requeiro outrossim, uma vez aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa a família enlutada.

Sala das Sessões, 26 de outubro de 1973.

(a) Igo Losso

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, a inserção na Ata dos Trabalhos da Sessão de hoje, um voto de congratulações ao Senhor Secretário do Trabalho e Assistência Social, ao Senhor Delegado Regional do Trabalho e ao Senhor Diretor do Instituto de Identificação, pela instalação do Posto do Instituto de Identificação e de Expedição de Carteira do Trabalho, na sede do Edifício da Secretaria do Trabalho e Assistência Social.

A medida acima referida, facilitará aos interessados na obtenção daqueles documentos, principalmente as pessoas procedentes do interior do Estado.

Requer, outrossim, que da decisão do presente se dê conhecimento às autoridades acima referidas, do teor desta solicitação.

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1973.

(a) Gilberto Carvalho

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, requer seja endereçado ao Senhor Secretário de Educação e Cultura, expediente solicitando providências imediatas, no sentido de se colocar em perfeitas condições de funcionamento, o Grupo Escolar Barão do Cerro Azul, de Ivaiporã.

Tal solicitação se prende ao fato de que as instalações do referido estabelecimento de ensino se encontram em precárias condições, impossibilitando que se ministre adequadamente a educação.

Outrossim, solicita seja estudada a possibilidade de transferência do citado estabelecimento para local indicado pela inspetoria de ensino daquela cidade, no sentido de atender melhor, crianças provenientes de diferentes áreas do Município.

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1973.

(a) Alvaro Dias

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja endereçado ao Diretor da COPASA, expediente, solicitando a construção de armazém no Município de São João do Ivaí.

Tal providência viria beneficiar produtores de grande Região fornecedora de cereais diversos e que se ressentem do referido melhoramento.

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1973.

(a) Alvaro Dias

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Diretor do D.E.R., expediente solicitando providências no sentido de se oferecer melhoramentos e conservação à Rodovia que liga Nota Tebas a Alvorada e Nona Tebas a Ivaiporã, bem como Porto Espanhol (Nova Aliança) via Rio Branco, Formiga e Cirol.

Tais estradas, responsáveis pelo escoamento da produção de enorme Região, encontram-se em péssimo estado de conservação, fato que causa transtorno incontáveis, àqueles que geram nossas riquezas.

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1973.

(a) Alvaro Dias

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Senhor Euro Brandão, Secretário de Transportes, expediente, solicitando estudos no sentido de se construir ponte de concreto sobre o Rio Ivaí, ligando São João do Ivaí e São Pedro do Ivaí.

Tal realização viria beneficiar extraordinariamente, vasta Região de alta produtividade, que está a merecer condições para escoamento de seus produtos.

Investimento de tal natureza virá por certo beneficiar de forma significativa não só toda a Região, mas sobretudo o Estado, com o consequente aumento de arrecadação.

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1973.

(a) Alvaro Dias

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário seja endereçado ao Presidente da COPEL, Sr. Arthur Andreoli, expediente solicitando sejam estendidos os benefícios da rede de energia elétrica, até o Patrimônio Florestal, Bairro dos Baianos e Porto Ubã, no Município do Jardim Alegre; Rosário, Ribeirão Bonito e Água Amarela, no Município de Grandes Rios e Distrito de Ariranha, Formoso e Alto Porã, no Município de Ivaiporã.

Tal solicitação se prende à necessidade de oferecer à inúmeras famílias, melhores condições de vida, já que os referidos aglomerados prestam relevantes serviços à causa do desenvolvimento de nosso Estado.

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1973.

(a) Alvaro Dias

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja encaminhado à COHAPAR, expediente sugerindo convênio com a Prefeitura do Município de São João do Ivaí, para a construção de 100 casas populares.

Tal providência viria beneficiar extraordinariamente o citado Município, necessitando do amparo de órgãos públicos Estaduais.

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1973.

(a) Alvaro Dias

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, requer o encaminhamento ao Doutor Mozart Victor Russomano, DD. Presidente do Tribunal Superior do Trabalho do apelo anexo no sentido da criação do Tribunal Regional do Trabalho da 9.ª Região, em nossa Capital, cuja documentação está subscrito pela totalidade dos integrantes desta Casa.

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1973.

(a) Lázaro Dumont

Curitiba, 20 de setembro de 1973

Excelentíssimo Senhor:

Ref.: Criação do Tribunal Regional do Trabalho da 9.ª Região, com Sede em Curitiba.

Os Parlamentares que esta subscrevem, no uso de suas atribuições legais, representando a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, vem, mui respeitosamente, a presença de Vossa Excelência, solicitar a criação do Tribunal Regional do Trabalho da 9.ª Região, com Sede em Curitiba.

JUSTIFICAÇÃO:

Remonta à criação da Justiça do Trabalho em nosso País a aspiração de todos os setores representativos do Estado do Paraná pela instalação de um Tribunal Regional local, para solução dos processos trabalhistas surgidos dentro do seu território, em segunda instância.

É de todos conhecido o empenho das classes trabalhistas, sempre com apoio do Governo Estadual e das classes econômicas e com a participação isolada de Deputados Estaduais, ao longo de todos estes anos, junto ao Poder Central, para ver concretizada esta aspiração, pode-se dizer hoje de todo o Paraná.

E por isso, Senhor Ministro, que agora todos os Parlamentares Estaduais se unem ao pensamento das classes paranaenses, para solicitar a Vossa Excelência a concretização dessa medida, também de longa data preconizada em seus pronunciamentos no Paraná: a criação do Tribunal Regional do Trabalho da 9.ª Região, com Sede em Curitiba.

As justificativas que poderiam se aduzidas no sentido de basear esta nossa manifestação, no momento deixam de ser ponto substancialmente importante, pois as mesmas reforçam o criterioso trabalho elaborado sob a orientação do Governo do Estado e com a participação das classes trabalhadoras, econômicas. Ministério do Trabalho e dos próprios órgãos locais da Justiça do Trabalho, que são inteiramente endossadas pelos Parlamentares que esta subscrevem.

A situação de fato é por demais conhecida de Vossa Excelência e em seus vários pronunciamentos no Paraná já foi ressaltada, demonstrando seu aito e valioso espírito público, perfeitamente integrado nos problemas, direta ou indiretamente ligados a essa Alta Corte que preside: as grandes dificuldades de uma demanda trabalhista junto à Justiça comum, assoberbada com toda a gama processual; em consequência, os acordos em escritórios, danosos para ambas as partes; o montante avassalador dos processos que chegam ao Tribunal paulista, a que estamos juridicionados, provindos do próprio território bandeirante, que por si só justificaria a criação de mais um Tribunal para o seu próprio território; os prejuízos advindos do demorado trâmite nas várias instâncias, quer para o trabalhador, que espera uma

justiça rápida e eficiente, quer para o empregador, que vê seus débitos trabalhistas multiplicarem-se dia a dia, pelos efeitos da correção monetária e dos juros legais.

Reiterando a nossa esperança, que é também de todo o povo paranaense, no elevado espírito de Justiça que sempre norteou Vossa Excelência aproveitamos o ensejo para renovar nossos votos do mais profundo reconhecimento e distinguido apreço.

Exmo. Sr.

Doutor MOZART VICTOR RUSSOMANO

DD. Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

70.000 — Brasília-DF.

Criação do Tribunal Regional do Trabalho da 9a. Região, com sede em Curitiba.

(aa) João Mansur, Alvaro Dias, Fuad Nacli, Xenofonte Villanueva, Antônio Costa, Ivo Thomazoni, Arthur de Souza, Sebastião Rodrigues Júnior, Maurício Fruct, Aginaldo Pereira Lima, João Fadel, Jorge Sato, Basílio Zanusso, Iris Caldart, Francisco Escorsin, Luiz Roberto Soares, Erondy Silvério, Paulo Poli, Muggiati Filho, Leopoldo Jacomel, Igo Losso, David Federmann, Antônio Belinati, Domício Scaramella, Borsari Netto, Odilon Reinhardt, Olavo Ferreira, Antônio Lopes Júnior, Gabriel Manoel, Wilson Brandão, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Hélio Manfrinato, Ivo Rocha, Gilberto Carvalho, Santos Lima, Marciano Baraniuk, Fabiano Braga Côrtes, Ovidio Franzoni, Wilson Fortes, Paulo Camargo, Haroldo Bianchi, Rosário Pitelli, Emílio Carrazza, Quilse Crisóstomo, Nelson Buffara.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Erondy Silvério, para o Pequeno Expediente.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O assunto que me traz à Tribuna diz respeito à solução encontrada pela Prefeitura Municipal em construir a 3.a pista na Avenida Marechal Floriano Peixoto, para dar vazio ao tráfego Norte-Sul da cidade, atingindo a vizinha cidade de São José dos Pinhais e a saída para Joinville.

Uma solução simplista que adotou a municipalidade, embora reconheça que trará incontestáveis benefícios aos moradores dos bairros da Vila Hauer e Bcqueirão e dará vazio ao fluxo de veículos que se destinam a vizinha cidade de São José dos Pinhais e ao Estado catarinense.

Mas a solução é simplista, porque o Prefeito de Curitiba preferiu não lutar. Não lutar pelo cumprimento de um convênio — Prefeitura-Governo do Estado do Paraná, que previa a construção e asfaltamento da Avenida das Torres, que é a ligação natural, para se dar vazio ao tráfego de veículos no sentido Norte-Sul da cidade porque, hoje, Curitiba só tem uma saída Norte-Sul e a Av. das Torres é, realmente, o eixo dessa ligação. Saindo do traçado original da Estação Rodoviária, atingiria o Município de São José dos Pinhais num traçado mais homogêneo, mais econômico e mais racional.

Vejo na atitude do Prefeito Municipal uma solução, realmente, simplista. Preferiu onerar mais o orçamento municipal e lançar mão dos recursos que graciosamente o BNH tem feito chegar às suas mãos para obras muito mais importantes do que lutar por um convênio facilitado de ser executado entre o DER e a Prefeitura Municipal para a construção da Avenida das Torres.

Três ou quatro Governadores empenharam sua palavra ao Município no sentido de que essa Avenida seria construída. O Governador Haroldo Leon Peres, de triste memória; o saudoso Governador Pedro Viriato Parigot de Souza se comprometeram com o povo de Curitiba no sentido de dar prosseguimento àquela obra; o Presidente desta Casa, Deputado João Mansur, prometeu em praça pública, quando da inauguração do viaduto da Rua Marechal Floriano sobre a BR-116; e o atual Governador Emílio Gomes prometeu a este Deputado e a uma Comissão de moradores dizendo que uma das metas de seu Governo seria a realização dessa Avenida, através do convênio entre a Prefeitura e o DER.

Acho a solução do Prefeito em abandonando o projeto inicial da Avenida das Torres um desrespeito a quatro Governadores de Estado.

Voltarei ao assunto com maiores detalhes na próxima semana. Deixo um apelo ao Presidente desta Casa que, com o patriotismo que lhe é peculiar, nos ajude nesta campanha, ajude o povo de Curitiba e faça valer sua palavra empenhada em praça pública. S. Exa. quando à frente do Governo do Estado determinou ao Secretário dos Transportes da época, que baixasse os editais de concorrência pública para o início das obras. Mas o Secretário dos Transportes resolveu, também, adotar a solução também simplista, isto é o que o Governo Federal se incumbisse do custo daquela obra, que acho um tanto utópica. O Governo Federal não pode, em sua consciência, desviar os recursos federais de obras de maior prioridade para fazer uma Avenida no Município de Curitiba. O Secretário dos Transportes saiu pela tangente. Procurou jogar a responsabilidade para cima do Governo Federal. Como a permanência do Presidente desta Casa no Governo do Estado foi curto, parece que não teve tempo de cumprir a promessa que fez ao povo curitibano que se encontra frustrado.

Vamos ver o que diz o eminente Governador Emílio Gomes que tem grande preocupação com o povo de Curitiba. Tenho certeza que S. Exa. terminará à Prefeitura Municipal e ao DER que cumpram aquele convênio para depois, então, os cofres públicos e os daquela autarquia, após a execução daquela obra, então, serem ressarcidos das importâncias que porventura forem dispendidas na concepção daquela obra.

Voltarei numa próxima oportunidade, e desde já faço um apelo ao Sr. Líder do Governo nesta Casa, Deputado Ivo Thomazoni e ao Presidente desta Casa, que tem responsabilidade para com o povo curitibano aquela obra não pode ser relegada ao abandono. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Sebastião Rodrigues Júnior.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES JÚNIOR — Sr. Presidente e Srs. Deputados, dias atrás comparecemos a esta Tribuna para propormos à Casa aprovação de Requerimento que endereçamos ao Sr. Diretor da CACEX e também aos responsáveis pelo Ministério da Fazenda e Conselho Monetário Nacional, acerca de problemas que reputamos do maior significado para a economia paranaense.

Naquela época, dizia eu que o Banco do Brasil uma vez mais insistia em projetar, sobre a agricultura paranaense, as condições da agricultura gaúcha e, com esse procedimento, uma vez mais causava grandes prejuízos à economia do nosso Estado.

O assunto a que quero referir-me outra vez é o seguinte:

Quando da grandiosa safra do soja que ocorreu em nosso Estado, o Governo Federal decidiu não permitir a total exportação do produto, garantindo uma parcela para o consumo interno nacional. Assim procedeu, propondo uma Resolução, de n.º 210, da CACEX, determinando que o percentual do soja exportado ficasse retido nos Estados da Federação, Estados produtores, e, assim sendo, parte deste soja ficou depositado nos armazéns das cooperativas paranaenses.

Ocorre que, com a chegada da safra de trigo que em nosso Estado chega um pouco antes da safra gaúcha, o Governo Federal ainda não havia tomado as providências para que os armazéns das cooperativas fossem desocupados do soja, a fim de poderem receber a colheita de trigo. Isto vinha causando sérios transtornos às cooperativas, que necessitavam de toda a sua capacidade de armazenamento, para receber o trigo sobretudo porque este se apresentava com elevado grau de umidade, o que demandava ainda a necessidade de maiores espaços, nos armazéns, para secagem e movimentação do produto.

Entretanto o Requerimento que fizemos naquela oportunidade aprovado por unanimidade nesta Casa, remetido ao Diretor da CACEX e ao Ministério da Fazenda, não mereceu até hoje — embora sucessivas reuniões fossem realizadas na Guanabara — uma resposta; e o problema continua sem solução.

Se venho a esta Tribuna reiterar o pedido, é porque se encontra em nosso Estado o Dr. Benedito Fonseca Moreira, Diretor da Carteira de Exportação do Banco do Brasil. Sua Excelência veio ao nosso Estado, mais propriamente a Curitiba, inaugurar um Centro de Entrepósito Aduaneiro. É preciso que Sua Excelência tome conhecimento da gravidade do problema e providencie imediatamente a desocupação dos armazéns das cooperativas porque o soja ali depositado poderá ser transferido tanto para os armazéns do Estado como, até mesmo, ficar depositado nas grandes indústrias que possuem o Estado por ordem da CACEX. Existe capacidade ociosa de armazenamento. E o que queremos, é a retirada do produto dos armazéns das cooperativas e que adote o Governo como solução a transferência do produto para fora do Estado. Porque a soja adquirida pelo Governo, o foi ao preço de 45 cruzeiros a saca. É evidente que as grandes indústrias do País, a totalidade delas gostariam de adquirir o soja por este preço. Entretanto, entendemos que o Paraná que é um Estado produtor deva ter preferência para industrializar aqui, o produto.

Porque afinal de contas, as indústrias do soja, vieram para o nosso Estado, tendo em vista, a maior vantagem econômica de se instalarem aqui para aproveitamento das matérias primas regionais. Desta forma reitero integralmente o Requerimento há dias atrás, aprovado por esta Casa por unanimidade para que a CACEX tome providências urgentes para desocupar os armazéns das Cooperativas e mantenha o soja no Estado do Paraná, para as indústrias paranaenses. Após aquele Requerimento que inclusive teve publicidade em toda a imprensa paranaense, "Fôlha de Londrina", "O Estado do Paraná", "A Gazeta do Povo", "Diário do Paraná", "Diário Popular", e nos grandes órgãos da imprensa paulista "O Estado de S. Paulo", "A Fôlha de S. Paulo", não tem a CACEX após toda esta publicidade, o direito de ignorar o problema. Talvez, pressão de grupos para retirar o produto daqui, esteja atuando junto à CACEX no sentido de impedi-la a tomar uma providência de maior interesse das cooperativas paranaenses.

Atestando isto, possuo em minha pasta, correspondência de grande parte das cooperativas paranaenses dirigidas a mim, após a publicidade a que me referi e que conforma integralmente a gravidade do problema, deixo aqui o apelo para que o Sr. Diretor da CACEX tome com brevidade as providências para que as cooperativas possam dar andamento ao recebimento do trigo. — Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Venho à Tribuna com objetivo único de convidar os srs. Deputados para assistirem à instalação da Associação das Câmaras Municipais do Paraná, devendo verificar-se esta instalação amanhã, às 10,00 horas da manhã, tendo como local o Auditório da Faculdade de Direito de Curitiba. Os srs. Vereadores, componentes da Comissão organizadora convidam também os srs. parlamentares, para um coquetel, hoje às 10,00 horas no Universo Hotel, nesta Capital.

Pretendem os edis paranaenses com a organização da sua associação congregarem-se em termos de um instrumento que lhes capacitem melhor, defender os interesses dos legisladores de âmbito municipal. O convite que é feito aos srs. Deputados, através desta liderança, visa por certo valorizar e prestigiar aquela associação que terá por certo um trabalho muito bem desenvolvido.

Haverá de conseguir que se devolva às Câmaras Municipais, muitas das atribuições que elas já perderam. Fica portanto, o convite da Associação das Câmaras Municipais do Paraná, para os atos da sua constituição que deverá ocorrer hoje às 19,00 horas no Hotel Universo. E amanhã, a instalação, às 10,00 horas no auditório da Faculdade de Direito de Curitiba. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito sr. Deputado Paulo Poli.

O SR. PAULO POLI — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Assistimos aqui, em nossa Capital, um verdadeiro drama da população, quando pretende, principalmente nos horários do "rush" do trânsito, apanhar um táxi. É um verdadeiro drama. Posteriormente surgiram os famosos "piranhas"; os automóveis emplacados nas cidades vizinhas região metropolitana. E, para a população, para o usuário, para o povo, afinal a situação tornou-se melhor. Eis que, com facilidade podíamos apanhar um táxi. Recentemente a Justiça decidiu em uma instância inicial, talvez que estes motoristas, cujos carros eram emplacados nas cidades vizinhas, não podem fazer corridas dentro da Capital. E então surgiu, Sr. Presidente, srs. Deputados, um outro novo e grande drama: não só a população se vê privada deste serviço que estava de certa forma regulamentado, como estes homens em sua maioria trabalhadores que com grande sacrifício conseguiram adquirir o seu automóvel, para ganhar o pão de cada dia, para si e para seus familiares, com esta decisão recente da Justiça surgiu um drama social. Eis que estes homens estão endividados e sem condições de renda para assumir os seus compromissos comerciais, oriundos da compra do veículo e das suas obrigações mais diretas do sustento dos seus familiares, como problemas de ordem doméstica.

Assim é, Sr. Presidente, srs. Deputados, que nós estamos, neste instante, encaminhando à Mesa, um Requerimento que se aprovado far-se-á uma sugestão ao Sr. Prefeito Municipal que poderia solucionar em parte este problema.

Requerimento é vasado nos seguintes termos: (Lê):

"Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, requer o encaminhamento, ao Excelentíssimo Senhor Prefeito da Capital, de sugestão no sentido da criação de pontos de taxi em número suficiente para absorver os veículos dessa natureza, licenciados e operantes na região metropolitana, denominados "piranhas", a fim de se por termo ao delicado problema que afeta, inclusive, a tranquilidade e segurança das famílias dependentes dos motoristas, ameaçados pela paralisação do trabalho.

Sala das Sessões, em 26 de outubro de 1973.

(a) — Paulo Poli".

Este é o Requerimento, Sr. Presidente e srs. Deputados, que estamos encaminhando e, posteriormente no Grande Expediente, voltaremos a esta Tribuna para tecer comentários a respeito deste Requerimento. Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à
ORDEM DO DIA,
com a presença de 38 srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados:

Redação Final — do Projeto de Lei n.º 177-71, acresce do Parágrafo que especifica, ao Artigo 84, da Lei n.º 5.871 de 6 de novembro de 1968. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Lei n.º 177-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º. O artigo 84, da Lei n.º 5.871, de 6 de novembro de 1968, fica acrescido do seguinte parágrafo, que será o 2.º, passando o seu parágrafo único a ser o 1.º:

"§ 2.º. Após cada quinquênio de efetivo exercício, ao professor que a requerer, conceder-se-á licença especial de 3 (três) meses, com todos os direitos e vantagens inerentes ao seu cargo efetivo".

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23.10.73.

(aa) as. ilegível — Presidente

....as. ilegível — Relator

Redação Final — do Projeto de Lei n.º 218-72 — Ex-Emenda ao Projeto de Lei n.º 195-72 — Adita e Suprime Redação que especifica, ao número 16, do Artigo 56 do Projeto acima referido. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Lei n.º 218-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º. O número 16, do artigo 56, da Lei n.º 2.364 de 29 de dezembro de 1972. (Lei Orgânica do I.C.M.), passa a ter a seguinte redação:

"Art. 56.

16. O rito de hasta pública administrativa das mercadorias apreendidas e o rito processual sumário, serão fixados por lei".

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23.10.73.

(aa) ilegível — Presidente

(aa) ilegível — Relator

(as. ilegível)

Redação Final — do Projeto de Lei n.º 58-73, que encaminha anteprojeto de Lei visando dar destinação ao Patrimônio da extinta Fundação Paranaense de Colonização e Imigração — F.P.C.I. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Lei n.º 58-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º. Os bens imóveis constantes do levantamento do patrimônio líquido da extinta Fundação Paranaense de Colonização e Imigração — F.P.C.I. efetuado pela Comissão designada pelo Decreto n.º 2.653, de 13 de outubro de 1972, reverterem ao Estado do Paraná.

Parágrafo único. Fica o Poder Executivo através da Fundação Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná — I.T.C. autorizado a alienar os imóveis de que trata este artigo.

Art. 2.º. Os bens imóveis, semoventes, instalações, equipamentos e utensílios, participações, créditos de devedores diversos e depósitos bancários, constantes do levantamento efetuado pela Comissão designada pelo Decreto n.º 2.653 de 13 de outubro de 1972, ficam transferidos à Fundação Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná — I.T.C.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23.10.73

(aa) ilegível — Presidente

(aa) ilegível — Relator

(as. ilegível)

Redação Final — do Projeto de Lei n.º 126-73, que declara de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Professores do Grupo Escolar Professor Cleto", Approcle. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Lei n.º 126-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º. Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Professores do Grupo Escolar Professor Cleto — Approcle, com sede nesta Capital.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24.10.73

(aa) ilegível — Presidente

(aa) ilegível — Relator

(as. ilegível)

Redação Final — do Projeto de Lei n.º 160-73, que encaminha anteprojeto de Lei que objetiva a abertura de crédito especial no valor de Cr\$ 820.000,00 (oitocentos e vinte mil cruzeiros), à Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública para atender despesas com o Fundo Especial de Reequipamento Médico Sanitário — FUNRESAN. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Lei n.º 160-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial no valor de Cr\$ 820.000,00 (oitocentos e vinte mil cruzeiros), para atender despesas com o Fundo Especial de Reequipamento Médico Sanitário — FUNRESAN, criado pela Lei n.º 6.361, de 21 de dezembro de 1972, de acordo com a seguinte discriminação:

Órgão: Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública

Unidade: Gabinete do Secretário

Programa: Saúde e Saneamento

Subprograma: Administração

Projeto: Constituição de Fundos Rotativos

Dotação: 3201.1501.1003

4.0.0.0 Despesas de Capital

4.2.0.0 Inversões Financeiras

4.2.4.0 Constituição de Fundos Rotativos Cr\$ 820.000,00

Art. 2.º. Como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado a cancelar igual importância, constante da Lei n.º 6.357, de 07 de dezembro de 1972 — Orçamento Geral do Estado, para o exercício de 1973.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(aa) ilegível — Presidente

(aa) ilegível — Relator

(as. ilegível)

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 166-73, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Piraquara, um (1) Trator marca JOHN DEERE, 730-S, Série 7325948, pertencente à Secretaria de Agricultura. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 166-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Piraquara, 1 (um) trator de marca CATERPILLAR, modelo D4-40, série 1593, trator de esteira e 1 (um) trator de marca JOHN DEERE, 730-S, série 7325948, trator de roda com arado, pertencentes a dotação da Secretaria da Agricultura.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23-10-73

(aa) Ass. ilegível — Presidente

(Ass. ilegível) — Relator

(As. ilegível)

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 168-73, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Quitandinha, um (1) Trator Esteira marca Caterpillar, Modelo D4-40 A, Série 1595, pertencente a Secretaria de Agricultura. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 168-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Quitandinha, 1 (um) trator de marca CATERPILLAR, modelo D4-40 A, série 1595, trator de esteira, pertencente a dotação da Secretaria da Agricultura.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23-10-73

(aa) (Ass. ilegível) — Presidente

(Ass. ilegível) — Relator

(As. ilegível)

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 182-73, que autoriza o Poder Executivo transferir por doação, à Fundação Educacional do Estado do Paraná — FUNDEPAR, o terreno situado no quadro urbano da Sede do Município de Querência do Norte, para nele ser construída uma unidade escolar e demais instalações. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 182-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a transferir por doação, à Fundação Educacional do Estado do Paraná — FUNDEPAR, o terreno situado no quadro urbano da sede do Município de Querência do Norte, medindo 120 metros para a rua Fortaleza, 120 metros para a rua Vitória, 80 metros para a rua Lagoas e 80 metros para a rua Mato Grosso, transcrito sob o n.º 7.452, de 17 de novembro de 1967, na Circunscrição do Registro de Imóveis da Comarca de Loanda, com a finalidade de nele ser construída uma unidade escolar e demais instalações de ensino.

Art. 2.º. Da escritura de doação deverá constar disposição que obrigue a donatária a utilizar o imóvel, referido no artigo anterior, exclusivamente para os fins ali estabelecidos, sob a pena da Lei.

Art. 3.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23-10-73

(aa) (Ass. ilegível) — Presidente

(Ass. ilegível) — Relator

(As. ilegível)

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 198-73, que declara de Utilidade Pública o Instituto Nossa Senhora Auxiliadora, com Sede e Foro na cidade de Cambé. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 198-73 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º. Fica declarado de utilidade pública o INSTITUTO NOSSA SENHORA AUXILIADORA, com sede e foro em Cambé.
Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Sala das Comissões, em 23-10-73
(aa) (Ass. ilegível) — Presidente
(Ass. ilegível) — Relator
(Ass. ilegível)

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 199-73, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Sr. Dr. JOSÉ LUIZ GUERRA REGO. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 199-73 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º. Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor Doutor José Luiz Guerra Rego.
Art. 2.º. A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Sala das Comissões, em 23-10-73
(aa) (Ass. ilegível) — Presidente
(Ass. ilegível) — Relator
(Ass. ilegível)

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Angela Cequinel. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do Expediente de Sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Manoel Ferreira Marques, ocorrido no Município de Bela Vista do Paraíso. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.º 194-73. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para as Proposições n.ºs 236, 237, 239 e 240-73. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do Expediente, solicitando dispensa de publicação de Redação Final aos Projetos de Lei n.ºs. 177-71 — 218-72 — 58-73 — 126-73 — 160-73 — 166-73 — 168-73 — 183-73 — 198-73 e 199-73. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Borsari Neto, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 249-73.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do Expediente, solicitando encaminhamento ao Sr. Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, de apelo no sentido da criação do Tribunal Regional do Trabalho da 9.ª Região, em nossa Capital. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do Expediente de Sessão anterior, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Diretor Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A., no sentido de estudar a viabilidade da instalação de Agências Pioneiras do modelar estabelecimento de crédito em diversas localidades. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho constante de Expediente de Sessão anterior, solicitando voto de aplauso e regozijo pela instalação do Sistema Integrado de Compensação de Cheques, em Londrina. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante de Expediente de Sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, de artigo do jornalista Aníbal Padua Rocha, publicada no jornal "Diário do Paraná" sob o título "Toda a Verdade sobre a Campanha de Combate à Ferrugem no Paraná", coluna Enfoque. — **Aprovado.** (A matéria a ser transcrita, acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Álvaro Dias, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente da Copel, no sentido de que sejam estendidos os benefícios da rede de energia elétrica a diversas localidades. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Álvaro Dias, constante de Expediente, solicitando seja encaminhado à direção da Cohapar, expediente sugerindo convênio com a Prefeitura Municipal de São João do Ivaí, para a construção de 100 casas populares. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Álvaro Dias, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Diretor do D.E.R., visando providências no sentido de oferecer melhoramentos e conservação à rodovia que liga Nova Tebas a Alvorada e Nova Tebas a Ivaiporã e outros. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do Expediente, solicitando votos de congratulações aos Srs. Secretário do Trabalho e Assistência Social, Delegado Regional do Trabalho e Diretor do Instituto de Identificação, pela instalação do Posto do Instituto de Identificação e de Expedição da Carteira do Trabalho, na sede do Edifício da Secretaria do Trabalho e Assistência Social. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Álvaro Dias, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, no sentido de que se digne sejam efetuados reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Barão do Cêro Azul, de Ivaiporã. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Álvaro Dias, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário dos Trans-

portes, no sentido de que seja estudada a viabilidade de construção de uma ponte de concreto sobre o Rio Ivaí, ligando São João do Ivaí a São Pedro do Ivaí. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alvaro Dias, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Diretor da Copasa, visando a construção de armazém no Município de São João do Ivaí. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Poli constante do Expediente, solicitando seja enviada sugestão ao Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, no sentido da criação de pontos de táxi em número suficiente para absorver os veículos dessa natureza, licenciados e operantes na região metropolitana, denominados "piranhas", a fim de se por termo ao delicado problema. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 29, à Hora Regimental, com a Ordem do Dia marcada para a Sessão de quinta-feira, que deixou de ser votada por falta de quorum.

Levanta-se a Sessão.

MATERIA CUJA TRANSCRIÇÃO FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO IVO THOMAZONI, EM SESSÃO REALIZADA EM 26 DE OUTUBRO DE 1973.

"TODA A VERDADE SOBRE A CAMPANHA DE COMBATE À FERRUGEM NO PARANÁ"

O deputado Alencar Furtado (MDB-Paraná) denunciou na Câmara dos Deputados que o Governo do Paraná fez "bilionários acertos propagandísticos" na campanha contra a ferrugem e algumas outras afirmações que fogem à realidade. Com todo o respeito que merece o parlamentar sempre ciôso na defesa dos interesses públicos suas revelações merecem reparos.

A campanha de combate à ferrugem no Paraná foi elaborada pela AERP (Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República), sem quaisquer onus para o Governo do Estado. Todos os horários nas televisões, emissoras de rádio e serviços de altofalante no Paraná foram cedidos gratuitamente para este fim.

Denunciou, ainda, o deputado a falta de sementes de soja, quando se sabe — e o fato já foi comentado pela imprensa — que quando a febre do soja atingia seu climax, os lavradores estimulados pelos bons preços, acabaram vendendo as sementes certificadas de soja. Mas providências já estão sendo tomadas para que não falem sementes para a próxima safra.

Considerou, ainda, um paradoxo, que os cafeicultores não encontrem na Secretaria da Agricultura o cobre necessário para os defensivos. Ora, o Governo do Estado colocou à disposição dos cafeicultores dois mil quilos de defensivos financeiros de dois a quatro anos, sem juros. O Banco do Estado do Paraná, em recursos próprios e do IBC, em repasse, colocou à disposição da cafeicultura Cr\$ 75 milhões, recursos esses utilizados nos primeiros onze dias da campanha.

Dois deputados do MDB: Antonio Belinati na Assembléia e Antonio Anibé na Câmara teceram elogios à campanha, cuja execução esta a cargo da ACARPA, que está usando 140 engenheiros agrônomos no paciente trabalho de convencimento dos cafeicultores sobre a necessidade de combate à ferrugem. Dois cursos já foram realizados em Londrina e Maringá, com a participação de agrônomos da ACARPA, IBC e firmas particulares.

Tanto é que a segunda etapa da campanha tem o patrocínio do próprio Instituto Brasileiro do Café e o tradicional "O Estado de São Paulo" elogiou, em editorial, a campanha, a ponto de sugerir-la como exemplo para os demais Estados cafeeiros.

O coronel Octávio Costa, da AERP, falando sobre a campanha feita pelo órgão, disse que pela primeira vez desde a existência daquela Assessoria, um Governo do Estado a procurou para propor algo de interesse comunitário.

As afirmações do deputado Alencar Furtado, portanto, fogem à realidade e é interessante apresentar um dado expressivo: no Norte do Paraná, duas emissoras de televisão, 46 emissoras de rádio e 75 serviços de altofalante, diariamente, estão conclamando os cafeicultores para os objetivos da campanha contra a ferrugem. As estações de televisão fazem seis inserções diárias, o que dá um total de 180 por mês e 540 durante toda a campanha. Se a AERP fosse pagar isso, gastaria um total de Cr\$ 648 mil. Nas emissoras de rádio, com um total de 10 inserções por dia cada e um total de 400 por dia em todas elas, dá um total de 13.800 inserções por mês. Isso, caso fosse pago, custaria aos cofres públicos Cr\$ 124 mil.

Além disso, há o serviço de mala-direta e os folhetos impressos no serviço gráfico da ACARPA, sempre alertando os cafeicultores sobre a ferrugem e a necessidade de combatê-la. Se o Governo do Estado, efetivamente, gastou alguma coisa, foram Cr\$ 12 mil, para a gravação de 400s entregues às emissoras, com narração de Cid Moreira, músicas cantadas por Tobias e de autoria de Zezé Gonzaga. Doze mil cruzeiros, assim, é quanto o Governo do Estado gastou nisso tudo, considerando que o próprio narrador cobrou um preço abaixo do normal, dizendo que "gostava muito daquela gente boa do Paraná" e assim colaborava para uma campanha de interesse público".

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE FINANÇAS 7.ª LEGISLATURA — 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 8.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de outubro do ano de hum mil novecentos e setenta e três, na Sala das Comissões, às 16,30 horas, reuniu-se a Comissão de Finanças, sob a Presidência do Senhor Deputado Quielise Crisóstomo da Silva, e contando com as presenças dos Senhores Deputados, Francisco Escorsin, Gilberto Carvalho, João Fadel, Alvaro Dias e Wilson Fortes. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente passou-se a Ordem do Dia, quando foram relatados os seguintes projetos: PROJETO DE LEI N.º 150-73 — de autoria do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, que dispõe sobre descontos salvo os previstos em lei, nos vencimentos, remuneração ou proventos dos integrantes do Magistério Público e dá outras providências. Relator Senhor Deputado Francisco Escorsin, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 151-73 — de autoria do Senhor Deputado C. Fadel, que autoriza o Poder Executivo transferir para o Sistema Estadual de Ensino, o Ginásio Municipal "Rui Barbosa", da cidade de Arapoti. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 154-73 — de autoria do Senhor Deputado Emilio Carrazzi que autoriza o Poder Executivo abrir crédito especial no valor de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros), à Diocese de Cornélio Procopio. Relator Senhor Deputado Alvaro Dias, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 155-73 — de autoria do Senhor Deputado Leopoldo Jacomel, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de S. José dos Pinhais, um (1) trator marca Caterpillar, Modelo D4-40A, série 1642, pertencente à Secretaria da Agricultura. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 167-73 — de autoria do Senhor Deputado Leopoldo Jacomel, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Araucária, tratores e trilhadeiras que especifica, pertencentes à Secretaria de Agricultura. Relator Senhor Deputado Alvaro Dias, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 174-73 — de autoria do Senhor Deputado João Mansur, que autoriza o Poder Executivo declarar de utilidade pública, a Associação das Senhoras Rotarianas de Foz do Iguaçu. Relator Senhor Deputado João C. Fadel, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 178-73 — de autoria do Senhor Deputado Emilio Carrazzi que declara de utilidade pública, o Movimento Pró Creche Nossa Senhora do Rocio, de Curitiba. Relator Senhor Deputado Francisco Escorsin, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 181-73 — de autoria do Senhor Deputado Antonio Belinati, que cria aposentadoria ao final de carreira, aos Expedicionários da Marinha Mercante, Marinha de Guerra, Aeronáutica e Exército, que prestam serviços ao Estado do Paraná. Relator Senhor Deputado Alvaro Dias, parecer favorável com emenda substitutiva, aprovado. PROJETO DE LEI N.º 182-73 — de autoria do Senhor Deputado Wilson Fortes, que autoriza o Poder Executivo transferir por doação, à Fundação Educacional do Estado do Paraná — Fundepar, o terreno situado no quadro urbano da sede do Município de Querência do Norte, para nele ser construída uma unidade escolar e demais instalações. Relator Senhor Deputado Francisco Escorsin, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 184-73, de autoria do Senhor Deputado Antonio Belinati, que declara de utilidade pública, a Associação de Assistência Social de Curitiba — Amas de Curitiba, com sede e foro nesta Capital. Relator Senhor Deputado Alvaro Dias, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 186-73 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 76-73, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva considerar de utilidade pública, a Fundação Cultural de Curitiba, entidade dotada de personalidade jurídica própria, com sede e foro nesta Capital. Relator Senhor Deputado João C. Fadel. Parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 187-73 — de autoria do Senhor Deputado Leopoldo Jacomel, que autoriza o Poder Executivo declarar de utilidade pública, a "Instituição Fraternitas", com sede no Jardim Primavera das Laranjeiras, Município de Piraquara. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 190-73 — de autoria do Senhor Deputado Antonio F. Ferreira da Costa, que autoriza o Poder Executivo alterar a forma de cobrança das mensalidades em atraso dos Serventários da Justiça, junto a Carteira de Pensões do Instituto de Previdência do Estado. Relator Senhor Deputado João C. Fadel, parecer favorável aprovado. PROJETO DE LEI N.º 198-73 — de autoria do Senhor Deputado Xenofonte Villanova, que declara de utilidade pública o Instituto Nossa Senhora Auxiliadora, com sede e foro na cidade de Cambé. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 200-73 — de autoria do Senhor Deputado Francisco Borsari Neto, que declara de utilidade pública a Assistência Social Andirá — ASA, com sede e foro na cidade do mesmo nome. Relator Senhor Deputado Francisco Escorsin, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 201-73 — de autoria do Senhor Deputado Arizone Araújo, que declara de utilidade pública o Lar da Acadêmica de Curitiba, com sede nesta Capital. Relator Senhor Deputado João C. Fadel, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 208-73 — de autoria do Senhor Deputado Jorge Sato, que autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal no valor correspondente a um (1) salário mínimo regional, a viúva Vanil Cardoso Caparroz. Relator Senhor Deputado Francisco Escorsin, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 52-73 — de autoria do Senhor Deputado Wilson Fortes, que acrescenta inciso com redação que especifica, ao artigo 39, do Regimento Interno. Relator Senhor Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 64-73 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — Ex-Proposição n.º 220-73 — Aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de Balsa Nova, Bom Sucesso, Colombo, Formosa, Inajá, Ivaítuba, Quinta do Sol, Planaltina do Paraná, Pérola, Tamboara, e Tapira, objetivando fornecimento de equipamentos para as Delegacias locais. Relator Senhor Deputado Francisco Escorsin, parecer favorável, aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar, eu Teresinha B. de Moura e Claro, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretária para que produza os efeitos legais.

aa) Quilse C. da Silva — Presidente

Teresinha B. de Moura e Claro — Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

7.a LEGISLATURA — 3.a SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 28.a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de outubro do ano de hum mil novecentos e setenta e três, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Gilberto Carvalho, havendo número legal o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando o deputado Basílio Zanusso apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI N.º 141-72 — de autoria do Deputado Cândido M. M. de Oliveira, que cria no Município de Chopinzinho, o Distrito Administrativo do Bugre, com sede e divisas que especifica. PROJETO DE LEI N.º 26-73 — de autoria do Deputado Rosário Pitelli, que declara de utilidade pública o Centro Procopense de Combate ao Câncer Genital Feminino Dona Joana Athaide, com sede na cidade de Cornélio Procopio. PROJETO DE LEI N.º 65-73 — de autoria do Deputado Cândido M. M. de Oliveira, que autoriza o Poder Executivo a conceder uma pensão mensal de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), à menor órfã Mônica Angélica Silveira. PROJETO DE LEI N.º 67-73 — de autoria do Deputado Igo Losso, que declara de utilidade pública as Obras de Assistência Social e Educativa Bom Pastor, com sede na cidade de Mandaguari. PROJETO DE LEI N.º 93-73 — de autoria do Deputado João Mansur, que autoriza o Poder Executivo a doar através da Secretaria de Agricultura, 3 (três) tratores marca JOHN DEERE-730, à Cooperativa Agrícola Irati Ltda., com sede na cidade de Irati. PROJETO DE LEI N.º 103-73 — de autoria do Deputado Gabriel Manoel, que autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Santa Amélia, os tratores que especi-

fica, pertencentes a Secretaria de Agricultura, considerados inservíveis. PROJETO DE LEI N.º 121-73 — de autoria do Deputado Borsari Neto, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Santo Antônio da Platina os tratores que especifica, pertencentes à Secretaria de Agricultura. PROJETO DE LEI N.º 170-73 — de autoria do Deputado Leopoldo Jacomel, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Contenda, 1 (um) trator c/ arado marca JOHN DEERE, modelo 730-S, série 7325945, pertencente à Secretaria de Agricultura. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 40-73 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — ex-Proposição n.º 104-73, que aprova os convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, FUNDEPAR e o Morbal. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 53-73 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — ex-Proposição n.º 163-73, que aprova os convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de Cascavel, Curitiba, Congonhinhas, Dois Vizinhos, Palmital, São Miguel do Iguaçu e Santa Cruz do Monte Castelo, objetivando o fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 61-73 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — ex-Proposição n.º 202-73, que aprova o Termo Aditivo de Convênio, celebrado entre a Secretaria de Saúde Pública e a Superintendência de Campanhas de Saúde Pública — Sucam, para realização de atividades profiláticas contra a endemias rurais, no Estado do Paraná. APROVADAS. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Lélcio Guimarães Sotto-Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

a) Gilberto Carvalho — Presidente

a) Lélcio Guimarães Sotto-Maior — Secretário

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 141-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º. Fica criado, no Município de Chopinzinho, o Distrito Administrativo do Bugre, com sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

— Com o Distrito de São Luiz D'Oeste: começa no rio Iguaçu, no ponto do travessão que divide os Quinhões n.º 2 com os Quinhões n.ºs. 3 e 4 da Gleba Chopinzinho; sobe pelo travessão até encotrar o rio Canoá; desce por este até o rio Chopinzinho; sobe pelo rio Chopinzinho até o rio Bugre; por este acima até o lagoado Gamelão, continuando por este, acima, até a linha seca da divisa do Distrito de São Luiz D'Oeste com a sede municipal.

— Com o 1.º Distrito da sede municipal: segue pelo Lagoado Gamelão até sua cabeceira; daí, em linha reta, passando pela cabeceira do rio Bugre, até encontrar o Lagoado Grande dos Índios; por este, abaixo, até encontrar o rio Iguaçu e por este, abaixo, até o ponto do travessão, ponto de partida.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16-10-73

aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Basílio Zanusso — Iris Caldart — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 26-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º. Fica declarado de utilidade pública o CENTRO PROCOPENSE DE COMBATE AO CÂNCER GENITAL FEMININO "DONA JOANA ATHAIDE", de Cornélio Procopio.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16-10-73

aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Basílio Zanusso — Iris Caldart — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 65-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder uma pensão mensal de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) à menor órfã Mônica Angélica Silveira.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16-10-73

aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Basílio Zanusso — Iris Caldart — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 67-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º. Fica declarada de utilidade pública as Obras de Assistência Social e Educativa Bom Pastor, com sede em Mandaguari — Paraná.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16-10-73

aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Basílio Zanusso — Iris Caldart — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 93-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a doar através da Secretaria de Agricultura, 3 (três) tratores de pneus JOHN DEERE-730, destinados à Cooperativa Agrícola Irati Ltda., com sede no Município de Irati, neste Estado.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16-10-73

aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Basílio Zanusso — Iris Caldart — Relatores

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 103-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Prefeitura Municipal de Santa Amélia, os tratores ALLIS CHALMERS, D-14, séries números

23605 e 24010, respectivamente, pertencentes à Secretaria de Agricultura e considerados inservíveis.

Art. 2.º. A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16-10-73

aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Basilio Zanusso — Relator

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 121-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Santo Antônio da Platina 1 (um) trator marca John Deere, modelo 730-S, série 7325918, 1 (um) trator marca John Deere, modelo 730-S, série 7325901, 1 (um) trator marca Fiat, modelo 60-C1, série 535203, todos pertencentes à Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16-12-73

(aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Basilio Zanusso — Relator

Iris Caldart — Relator

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 170-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Contenda, 1 (um) trator de marca John Deere, modelo 730-S, série 7325945, com arado, pertencente a dotação da Secretaria da Agricultura.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16-10-73

(aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Basilio Zanusso — Relator

Iris Caldart — Relator

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 40-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Ficam aprovados os termos dos Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura e os seguintes órgãos: Fundação Educacional do Paraná — FUNDEPAR objetivando a aplicação dos recursos do Salário Educação — Quota Estadual de 1971 e 1972, destinados ao ensino primário

do Estado do Paraná; Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização — MOBRAF, objetivando a implantação do Programa de Educação Integrada, através da ação conjunta do MOBRAF e da SECRETARIA, para suprir, a nível das 4 primeiras séries de ensino do 1.º grau, as necessidades dos evadidos da escola ou desprovidos de escolarização adequada, em caráter de supplência e em dinâmica acelerada.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16-10-73

(aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Basilio Zanusso — Relator

Iris Caldart — Relator

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 53-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Ficam aprovados os Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública e os Municípios de Cascavel, Curiúva, Congonhinhas, Dois Vizinhos, Palmital, São Miguel do Iguaçu e Santa Cruz do Monte Castelo, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL, e de verbas dos referidos Municípios.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16-10-73

(aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Basilio Zanusso — Relator

Iris Caldart — Relator

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 61-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo Aditivo de Renovação de Convênio celebrado em 15 de março de 1973, entre a Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública e a Superintendência de Campanhas de Saúde Pública — SUCAM, para realização de atividades profiláticas contra Endemias Rurais no Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 16-10-73

(aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Basilio Zanusso — Relator

Iris Caldart — Relator

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE FINANÇAS, CONTABILIDADE E PESSOAL
DIVISÃO DE CONTABILIDADE
SEÇÃO DE CONTABILIDADE GERAL

SISTEMA FINANCEIRO

20	ATIVO ATIVO FINANCEIRO			
201	DISPONÍVEL			
201.101	Tesouraria	3.057.801,50	3.057.801,50	3.057.801,50
202	EXECUÇÃO DA DESPESA			
202.1	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES			
202.11	DESPESAS DE CUSTEIO			
202.111	PESSOAL CIVIL			
202.111.1	Vencimentos e Vantagens Fixas	9.123.911,97		
202.111.2	Despesas Variáveis com o Pessoal	4.586.148,86	13.710.060,83	
202.112	Material de Consumo		294.780,90	
202.113	Serviços de Terceiros		941.183,78	
202.114	Encargos Diversos		686.970,76	
202.115	Despesas de Exercício Anteriores		219.666,19	15.852.662,46
202.12	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			
202.121	Subvenções Sociais		2.585.780,00	
202.122	TRANSFERÊNCIAS DE ASSISTENCIA E PREVIDÊNCIA SOCIAL			
202.122.1	Inativos	1.475.223,97		
202.122.2	Pensionistas	147.017,74		
202.122.3	Salário Família	178.695,20	1.800.936,91	4.386.716,91
202.13	DESPESAS DE CAPITAL			
202.131	Equipamentos e Instalações		418.095,40	
202.132	Material Permanente		49.478,91	467.574,31
	SOMA DO ATIVO			20.706.953,68
				23.764.755,13
21	PASSIVO			
211	PASSIVO FINANCEIRO			
211.101	LIBERAÇÕES DA SECRETARIA DA FAZENDA			
211.102	Vencimentos e Vantagens Fixas	9.133.000,00		
211.103	Despesas Variáveis com o Pessoal	4.778.000,00		
211.104	Inativos	1.484.000,00		
211.105	Pensionistas	171.000,00		
211.201	Salário Família	190.000,00		
211.202	Material de Consumo	329.975,00		
211.203	Serviços de Terceiros	665.000,00		
211.204	Encargos Diversos	804.000,00		
211.205	Despesas de Exercícios Anteriores	138.475,00		
	Subvenções Sociais	2.500.000,00		

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO NO TERCEIRO TRIMESTRE:
SETEMBRO DE 1973

211.207	Material Permanente	84.550,00		
211.206	Equipamentos e Instalações	358.000,00	20.636.000,00	
212	DESPESAS EMPENHADAS			
212.101	GABINETES			
	Passagens, Transporte de Pessoas e suas Bagagens	83.868,84		
	Serviço de Alimentação	16.943,05		
	Representações, Festividades, Homenagens	125.243,67		
	Instituições Educativas e Culturais	27.218,00		
	Instituições de Saúde Pública	37.650,00		
	Instituições de Assistência Social	29.940,00		
	Assistência Social	35.674,80		
	Credores Diversos	437.210,20	793.748,56	793.748,56
213	DESPESAS PROCESSADAS			
213.101	Credores por Despesas Processadas		248.496,80	
213.20	FOLHAS DE PAGAMENTO			
213.201	Janeiro	1.995,07		
213.202	Fevereiro	178,00		
213.203	Março	356,00		
213.204	Abril	1.616,93		
213.205	Maió	445,00		
213.206	Junho	979,00		
213.207	Julho	2.916,00		
213.208	Agosto	2.083,89		
213.209	Setembro	575.581,27	586.151,16	
213.30	RESTITUIÇÕES			
213.301	Vencimentos não Reclamados	89,00		
213.302	Vencimentos Retidos	13.461,95	13.550,95	848.198,91
215	CONTAS PENDENTES			
215.201	Outras Contas Pendentes		67.544,31	
215.301	Restituições de Vencimentos		1.025,80	
215.302	Restituições de Pagamentos		1.995,79	70.565,90
216.1	RESTOS A PAGAR			
216.10	Restos a Pagar Empenhados			
216.101	Restos a Pagar Empenhados 1971	692.082,42		
216.102	Restos a Pagar Empenhados 1972	624.835,26	1.316.917,68	
216.20	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS			
216.201	Restos a Pagar Processados 1971	985,44		
216.202	Restos a Pagar Processados 1972	3.471,24	4.456,68	1.321.374,36
217	CREDORES EM CONSIGNAÇÕES			
217.117	Pensão Judicial	3.181,49		
217.122	CABENFALE	91.685,96	94.867,45	23.764.755,18
	SOMA DO PASSIVO			23.764.755,18

Palácio "XIX de Dezembro" em 01 de outubro de 1973.

VISTO: Aimoré Od Rocha — Contador Geral

Ronaldo Baptista — Diretor do D.F.C.P.

José Paulo Orth — Chefe da Divisão de Contabilidade

Gabriel Luiz Franceschi — Chefe da Divisão de Cont. Geral